

## RESUMO

A dissertação tem como objetivo reconstituir historicamente o processo de introdução da vacinação antivariólica no Brasil e em Portugal, do início do século XIX até o ano de 1835. Pretendemos estudar os debates médicos que circundavam a prática da vacinação antivariólica, analisando a complexidade de sua inserção e institucionalização em ambos os países. Em Portugal analisamos a trajetória da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias de Lisboa que foi criada em 1811 com o objetivo de disseminar a vacina por todo o território português. Esta iniciativa funcionou vinculada à Academia Real das Sciencias de Lisboa até o ano de 1835. Analisamos, ainda em relação ao contexto português, uma série de ações e iniciativas adotadas para a disseminação e aceitação da vacina, nas quais a Igreja Católica e o alto escalão do governo foram atores fundamentais. No cenário do Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, analisamos o papel da Junta da Instituição Vaccinica da Corte, criada em 1811 na cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de disseminar a vacina na então Corte do Rio de Janeiro. A instituição se firmou como um serviço público e regular, ao longo da década de 1820, e seus resultados fizeram com que se vislumbrasse a possibilidade de se disseminar a vacina por todo o Império do Brasil. As iniciativas de se ampliar e regularizar a prática de vacinação por todo o território imperial enfrentaram uma série de percalços, que incluiu problemas financeiros, a negligência das Câmaras Municipais e a pouca aceitabilidade da vacina. A resistência à vacina chegou a provocar um movimento de revolta, no ano de 1832, na Comarca de Paracatú, na então província de Minas Gerais.